



Relatório de Execução Física, Econômica e Financeira

Fevereiro/2022



DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

CPGE/DPO/PO

Apresentação

Este relatório tem por objetivo expor as principais informações acerca da execução física, orçamentária e financeira do DNOCS durante o exercício de 2021.

Para a concretização da análise, foram utilizados os sistemas SIOP (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento) e Tesouro Gerencial. Outrossim, as definições e conceitos de ordem técnica foram extraídos do Manual Técnico de Orçamento MTO 2022.

No que toca ao acompanhamento físico, é interessante observar que a captação da execução física e financeira ocorre nas ações e nos planos orçamentários com produto definido, inclusive naqueles planos orçamentários cuja ação correspondente não tem produto definido. A captação é realizada semestralmente pelas unidades responsáveis pelas ações orçamentárias do DNOCS em nível de subtítulo (localizador do gasto).

A elaboração do acompanhamento da execução física, econômica e financeira pelo Serviço de Planejamento Orçamentário (DPO/PO) almeja garantir e ampliar a transparência da gestão pública, fornecendo elementos que promovem a participação social na fiscalização dos gastos desta Autarquia, fomentando uma gestão pública transparente.

Outrossim, este relatório também tem por escopo o cumprimento da meta estabelecida ao Serviço de Planejamento Orçamentário na avaliação de desempenho institucional do DNOCS.



Orçamento Público e a Pandemia da Covid-19

Conforme dados do Ministério da Economia (2021), as despesas orçamentárias para o combate à Covid-19 caíram de 25% em 2020 para 7% em 2021. Em 2020, foi aprovado um orçamento com créditos extraordinários e licenças para que as despesas primárias pudessem ir além do teto. Já em 2021, devido a desnecessidade de utilização de créditos extraordinários, o orçamento desinflou.

As despesas referentes ao combate do coronavírus caíram de R\$ 635 bilhões em 2020 para R\$ 128 bilhões em 2021. Os custos com o Auxílio Emergencial, por exemplo, foram de 54,9% no ano passado para 48,9% em 2021. O enfoque do corrente ano deu-se para a compra das vacinas, com investimento de R\$ 27,1 bilhões, ocupando 22% das despesas primárias.

Tais reduções de orçamento em relação ao coronavírus não se refletiram na LOA 2021, conforme análise a seguir:



Orçamento Público e a Pandemia da Covid-19

A diminuição de gastos causados pelo Covid-19 representou apenas um pequeno aumento no orçamento do DNOCS, de forma a retomar o patamar da LOA de 2019, que representava o valor de 1.078.119.697,00.



LOA 2020

- A Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021 (LOA 2020), previu o valor de 998.471.227,00 para o DNOCS, na Unidade Orçamentária 53204, bem como o montante de 89.652.100,00, na Unidade Orçamentária 93413, como recurso sob supervisão.

LOA 2021

- A Lei nº 14.144, de 22 de abril de 2021, a qual estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2021 (LOA 2021), estabeleceu para o DNOCS, Unidade Orçamentária 53204, a dotação orçamentária no montante de R\$ 1.090.748.785, sendo R\$ 786.542.652,00 na Unidade Orçamentária 53204 e R\$ 304.206.133,00 pendente de autorização legislativa (Unidade Orçamentária 93413).



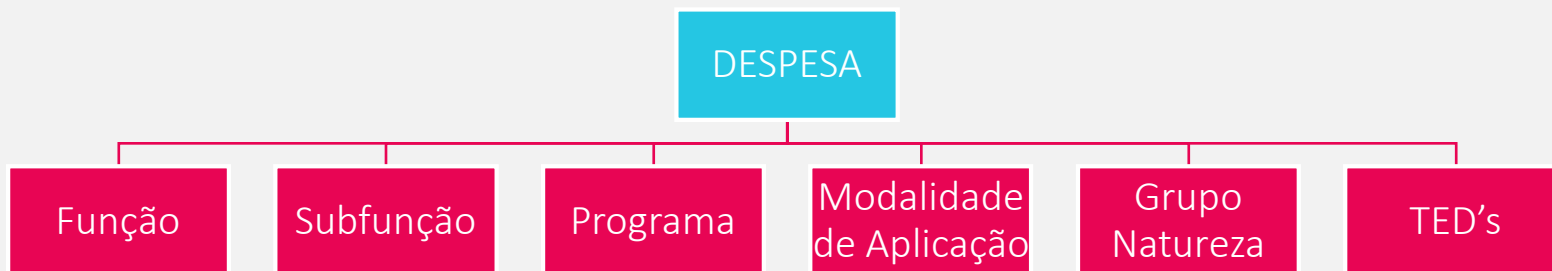
Das Despesas no âmbito do DNOCS

O DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas), primeiramente intitulado de Inspeção de Obras Contra as Secas - IOCS por intermédio do [Decreto 7.619, de 21 de outubro de 1909](#), editado pelo então Presidente Nilo Peçanha, foi a primeira instituição a estudar a problemática do semiárido.

Sendo atualmente uma autarquia federal, o DNOCS tem como principal atribuição, instituída pela [Portaria nº 43/2017/DG/GAB, de 31 de janeiro de 2017](#), a gestão de águas decorrentes dos sistemas hídricos por ele implantados, além de executar as ações que contribuam para a promoção do desenvolvimento sustentável de sua área de atuação, em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional e com a Política Nacional de Recursos Hídricos. Nesse contexto, apresenta-se a importância do orçamento público direcionado ao DNOCS.

Desta feita, despesa pública caracteriza-se por ser o conjunto de dispêndios realizados pelos entes públicos a qualquer título para o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade. Assim, despesa pública corresponde a todos os compromissos a serem pagos pela Administração Pública, formando o complexo da distribuição e emprego das receitas para custeio e investimento em diferentes setores da administração governamental.

Neste interim, serão apresentadas as principais despesas do DNOCS, classificadas por função, subfunção, grupo de natureza, programa de governo, modalidade de aplicação, bem como os gastos referentes aos TED's (Termos de Execução Descentralizada).



Despesa por Grupo de Natureza

O grupo de natureza de despesa é um agregador de elementos de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir:

- **1 - Pessoal e Encargos Sociais:** despesas orçamentárias com pessoal ativo, inativo e pensionistas, relativas a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência, conforme estabelece o caput do artigo 18 da Lei Complementar 101, de 2000.
- **2 - Juros e Encargos da Dívida:** despesas com o pagamento de juros, comissões e outros encargos decorrentes de operações de crédito internas e externas contratadas, bem como da dívida pública mobiliária.



Despesa por Grupo de Natureza

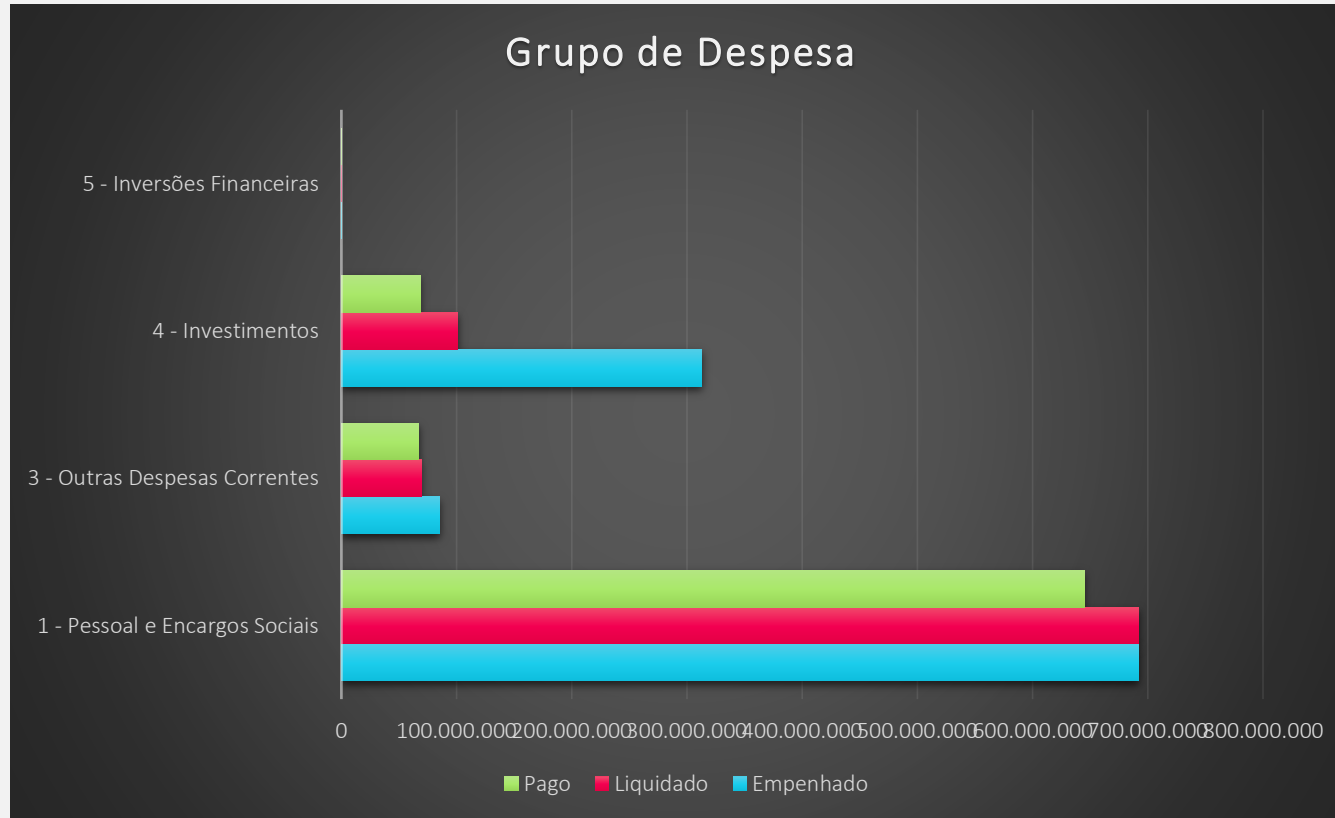
- **3 - Outras Despesas Correntes:** despesas com aquisição de material de consumo, pagamento de serviços prestados por pessoa física sem vínculo empregatício ou pessoa jurídica independente da forma contratual, pagamento de diárias, contribuições, subvenções, vale-alimentação, vale-transporte, despesas com a contratação temporária para atender à necessidade de excepcional interesse público, quando não se referir à substituição de servidores de categorias funcionais abrangidas pelo respectivo plano de cargos do quadro de pessoal, além de outras da categoria econômica “despesas correntes” não classificáveis nos grupos anteriores.
- **4 - Investimentos:** despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização, das mesmas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- **5 - Inversões Financeiras:** despesas com a aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas.
- **6 - Amortização da Dívida:** despesas com o pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública interna e externa, de natureza contratual ou mobiliária.

Despesa por Grupo de Natureza

Dados extraídos do SIOP. Acesso em 27/01/22.

Ano	Grupo de Despesa	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Total		1.090.748.785,00	1.100.282.215,00	1.091.069.121,52	862.947.039,76	780.504.714,51
2021	1 - Pessoal e Encargos Sociais	710.243.431,00	697.562.462,00	692.476.634,44	692.476.634,44	644.464.858,45
2021	3 - Outras Despesas Correntes	85.063.200,00	88.743.103,00	85.558.664,22	69.387.744,93	67.378.744,87
2021	4 - Investimentos	295.053.760,00	313.573.230,00	312.630.402,93	100.679.240,46	68.257.691,26
2021	5 - Inversões Financeiras	388.394,00	403.420,00	403.419,93	403.419,93	403.419,93

Despesa por Grupo de Natureza



Em relação ao grupo natureza de despesa, a tendência dos anos anteriores é repetida, na medida em que o maior volume de gastos é concentrado no grupo “Pessoal e Encargos”, representando 82,57% do total de gastos.

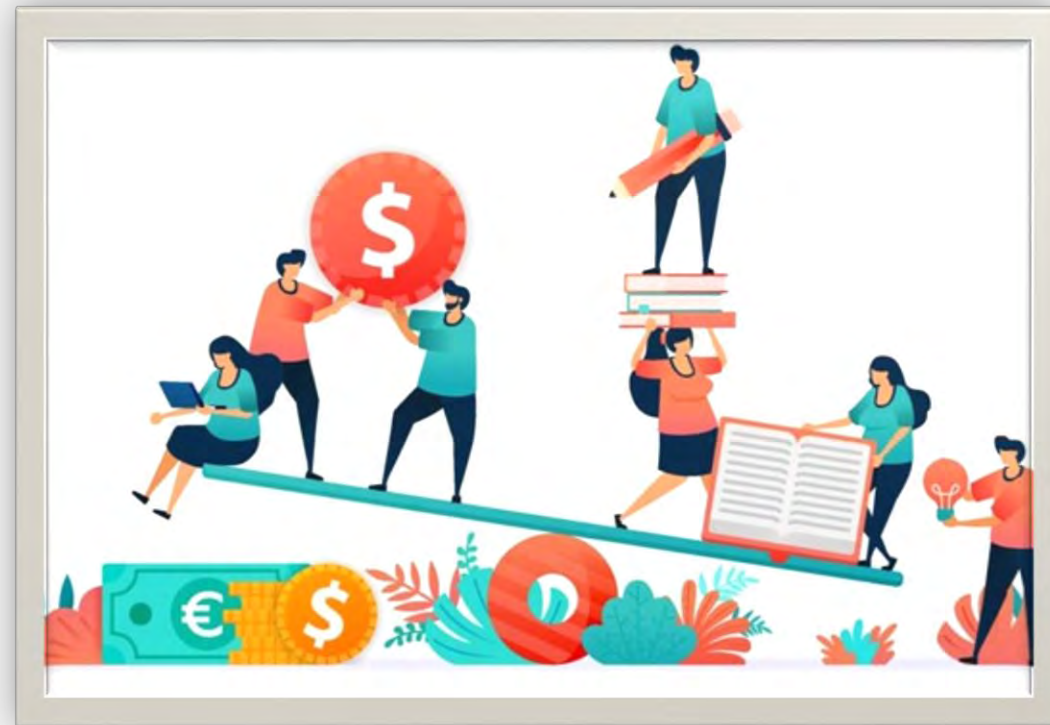
Por ser uma Autarquia centenária, o DNOCS possui uma extensa folha de aposentados, que se caracteriza como despesa obrigatória.

Despesa por Função de Governo

Dentre as variadas classificações da despesa pública, há a classificação funcional, a qual objetiva informar a área de atuação governamental que a despesa será executada. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção a que se vinculam.

A função, conforme Manual Técnico do Orçamento – MTO, pode ser traduzida como o maior nível de agregação das diversas áreas de atuação do setor público. Reflete a competência institucional do órgão, como, por exemplo, cultura, educação, saúde, defesa, que guarda relação com os respectivos Ministérios.

No que tange ao DNOCS, a Autarquia tem como missão institucional promover a adequada convivência com a seca por meio da implantação de infraestrutura, do aproveitamento e da gestão integrada de recursos hídricos, de forma a proporcionar o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da qualidade de vida da população do semiárido. O art. 1º da Portaria nº 43/2017/DG/GAB, de 31/01/2017, explicita que é responsabilidade do DNOCS a gestão das águas decorrentes dos sistemas hídricos por ele implantados, positivando a sua missão.

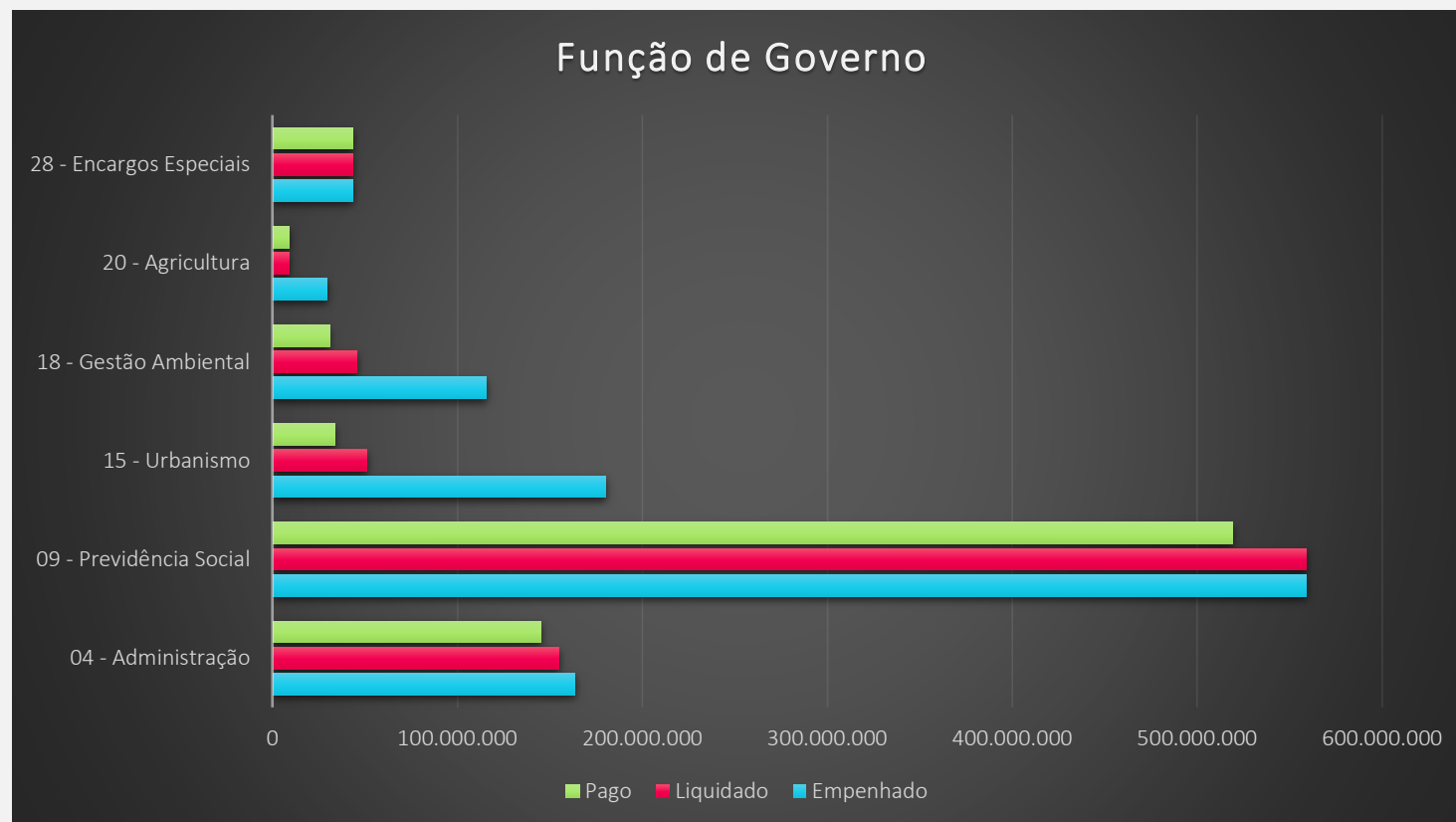


Despesa por Função de Governo

Dados extraídos do SIOP. Acesso em 27/01/22.

Ano	Função	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Total		1.090.748.785,00	1.100.282.215,00	1.091.069.121,52	862.947.039,76	780.504.714,51
2021	04 - Administração	172.065.867,00	169.973.376,00	163.537.682,01	155.088.039,61	145.045.854,65
2021	09 - Previdência Social	566.124.819,00	560.388.178,00	558.868.380,39	558.868.380,39	518.895.877,95
2021	15 - Urbanismo	180.577.865,00	181.115.177,00	180.293.703,90	51.237.497,36	33.574.488,44
2021	18 - Gestão Ambiental	101.392.518,00	115.634.334,00	115.346.292,12	45.491.985,93	30.733.445,65
2021	20 - Agricultura	28.521.522,00	29.773.222,00	29.709.936,93	8.948.010,30	8.944.082,91
2021	28 - Encargos Especiais	42.066.194,00	43.397.928,00	43.313.126,17	43.313.126,17	43.310.964,91

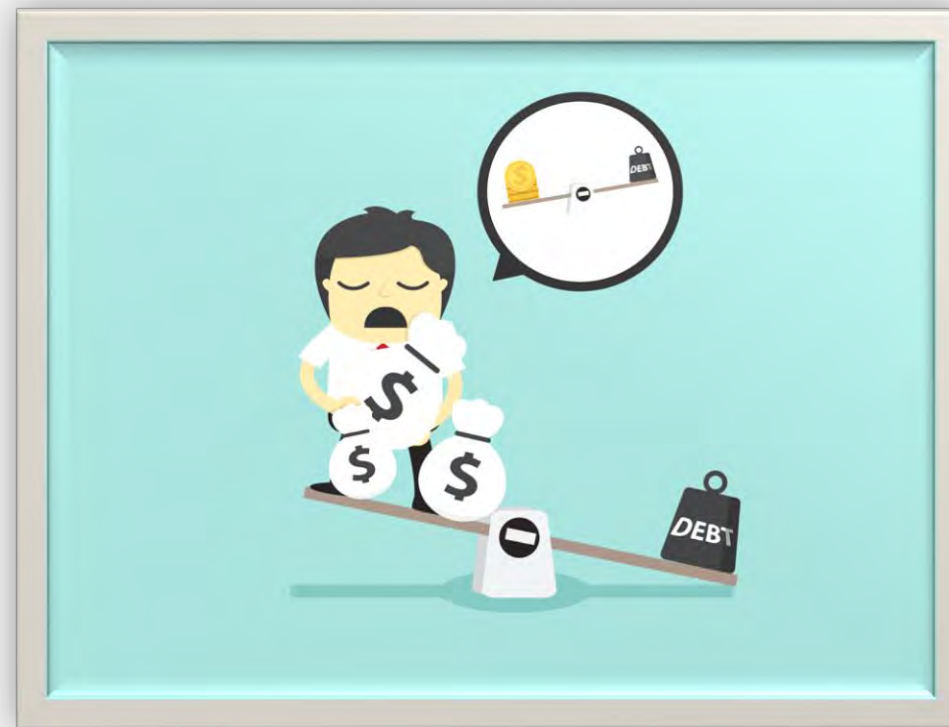
Despesa por Função de Governo



Estando em consonância com os gastos dos exercícios anteriores, assim como do grupo natureza de despesa, a função institucional que apresenta o maior valor de gastos é a correspondente a Previdência Social, representando 66,48% do total de gastos, seguida pela função “Administração”, conforme é possível constatar na representação gráfica.

Despesa por Subfunção de Governo

A subfunção, por sua vez, representa um nível de agregação imediatamente inferior à função e deve evidenciar a natureza da atuação governamental. A subfunção é a partição da função e, de modo geral, combina-se com a função típica da área ou do setor, embora não se restrinja a ela.

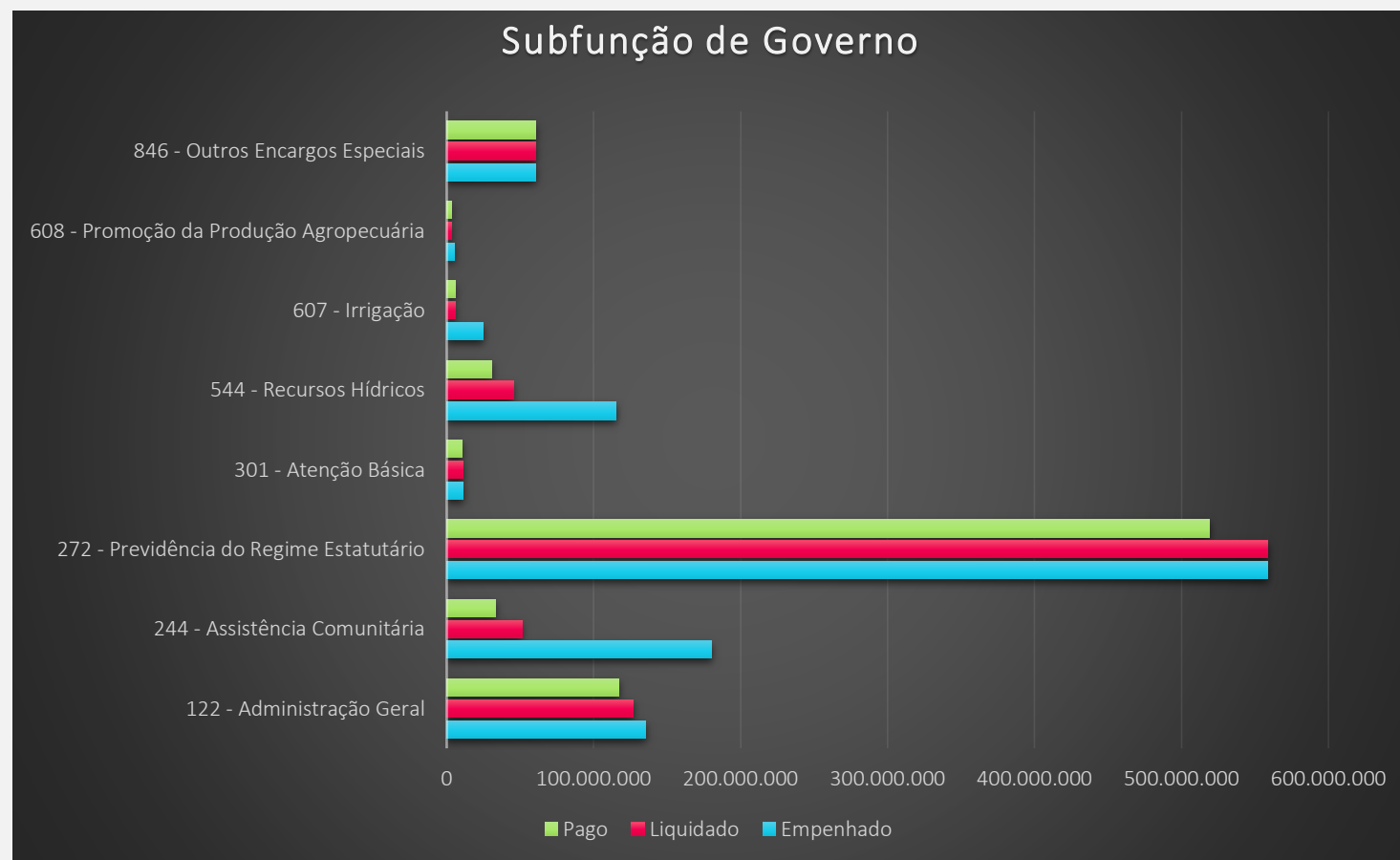


Despesa por Subfunção de Governo

Dados extraídos do SIOP. Acesso em 27/01/22.

Ano	Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Total		1.090.748.785,00	1.100.282.215,00	1.091.069.121,52	862.947.039,76	780.504.714,51
2021	122 - Administração Geral	139.876.766,00	137.205.126,00	135.172.126,78	126.722.484,38	117.475.073,47
2021	244 - Assistência Comunitária	180.577.865,00	181.115.177,00	180.293.703,90	51.237.497,36	33.574.488,44
2021	272 - Previdência do Regime Estatutário	566.124.819,00	560.388.178,00	558.868.380,39	558.868.380,39	518.895.877,95
2021	301 - Atenção Básica	12.790.319,00	13.235.456,00	11.119.417,83	11.119.417,83	10.324.643,78
2021	544 - Recursos Hídricos	101.171.379,00	115.419.353,00	115.213.761,31	45.359.455,12	30.600.914,84
2021	607 - Irrigação	22.310.994,00	24.731.313,00	24.639.762,51	5.700.573,53	5.700.573,53
2021	608 - Promoção da Produção Agropecuária	6.431.667,00	5.256.890,00	5.202.705,23	3.379.967,58	3.376.040,19
2021	846 - Outros Encargos Especiais	61.464.976,00	62.930.722,00	60.559.263,57	60.559.263,57	60.557.102,31

Despesa por Subfunção de Governo



Tendo em vista que a subfunção representa uma partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesas do Setor Público, de forma a identificar a natureza básica das ações que se aglutinam em torno das funções. Ademais, como verificado, a maior parte dos gastos concentra-se na função “Previdência Social”, a subfunção que apresenta o maior volume de despesas é a “Previdência do Regime Estatutário”, com o montante de R\$ 566.124.819,00.

Despesa por Programa

As ações de governo são estruturadas em programas. Eles podem ser divididos em três tipos: temáticos, de gestão, manutenção e serviços do Estado, e os especiais. Temáticos são aqueles que retratam os objetivos mais amplos das políticas públicas, como o Programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Defesa Nacional ou Educação de Qualidade Para Todos. Já os programas de Gestão, como o Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República, representam os gastos necessários para o funcionamento do Estado: servidores, prédios, veículos, serviços de telefonia e limpeza, etc. Há ainda programas de operações especiais, que tratam dos gastos com a dívida brasileira.

Atualmente, o DNOCS trabalha com os seguintes programas: 2221 - Recursos Hídricos, 0032 - Programa de Gestão e Manutenção do Poder Executivo, 2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária, Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano, Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais, Programa 0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais, 0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais.



Despesa por Programa

Dados extraídos do SIOP. Acesso em 27/01/22.

Ano	Programa	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Total		1.090.748.785,00	1.100.282.215,00	1.091.069.121,52	862.947.039,76	780.504.714,51
2021	0032 - de Gestão e ManutençãoPrograma do Poder Executivo	738.190.686,00	730.361.554,00	722.406.062,40	713.956.420,00	663.941.732,60
2021	0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	42.036.071,00	43.292.368,00	43.292.365,75	43.292.365,75	43.292.365,75
2021	0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	19.486,00	95.219,00	20.760,42	20.760,42	18.599,16
2021	0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	10.637,00	10.341,00	-	-	-
2021	2203 - Pesquisa e Inovação Agropecuária	6.431.667,00	5.256.890,00	5.202.705,23	3.379.967,58	3.376.040,19
2021	2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano	202.888.859,00	205.846.490,00	204.933.466,41	56.938.070,89	39.275.061,97
2021	2221 - Recursos Hídricos	101.171.379,00	115.419.353,00	115.213.761,31	45.359.455,12	30.600.914,84

Despesa por Programa



Dentre os programas que compõem a atividade finalística do DNOCS, destaca-se o “Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano”, o que corresponde a 5,03% das despesas da Autarquia, seguido do programa “Recursos Hídricos”, apresentando o montante de 3,92% das despesas.

É válido destacar que o baixo percentual acima exposto deve-se às restrições orçamentárias enfrentadas pelo DNOCS. Some-se isso ao elevado montante gasto com despesas obrigatórias, mormente previdência social.

Despesa por Modalidade de Aplicação

A modalidade de aplicação tem por escopo indicar se os recursos são aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de governo ou por outro ente da federação e suas respectivas entidades, e objetiva possibilitar a eliminação da dupla contagem dos recursos transferidos ou descentralizados. Também indica se tais recursos são aplicados mediante transferência para entidades privadas sem fins lucrativos, outras instituições ou ao exterior.

20 - Transferências à União: despesas realizadas pelo Estado, mediante transferência de recursos financeiros à União, inclusive para suas entidades da administração indireta. 40 - Transferências a Municípios: despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros do Estado aos Municípios, inclusive para suas entidades da administração indireta. 41 - Transferências a Municípios – Fundo a Fundo: Despesas orçamentárias realizadas mediante transferências de recursos financeiros da União, dos Estados ou do Distrito Federal aos Municípios por intermédio da modalidade fundo a fundo.



Despesa por Modalidade de Aplicação

50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos: despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades sem fins lucrativos que não tenham vínculo com a administração pública. 70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais: despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a entidades nacionais, criadas e mantidas por dois ou mais entes da Federação. 80 - Transferências ao Exterior: despesas realizadas mediante transferência de recursos financeiros a órgãos e entidades governamentais pertencentes a outros países, a organismos internacionais e a fundos instituídos por diversos países, inclusive aqueles que tenham sede ou recebam os recursos no Brasil. 90 - Aplicações Diretas: aplicações dos créditos orçamentários realizados diretamente pela unidade orçamentária detentora de crédito orçamentário, ou mediante descentralização a outras entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, no âmbito da mesma esfera de governo.

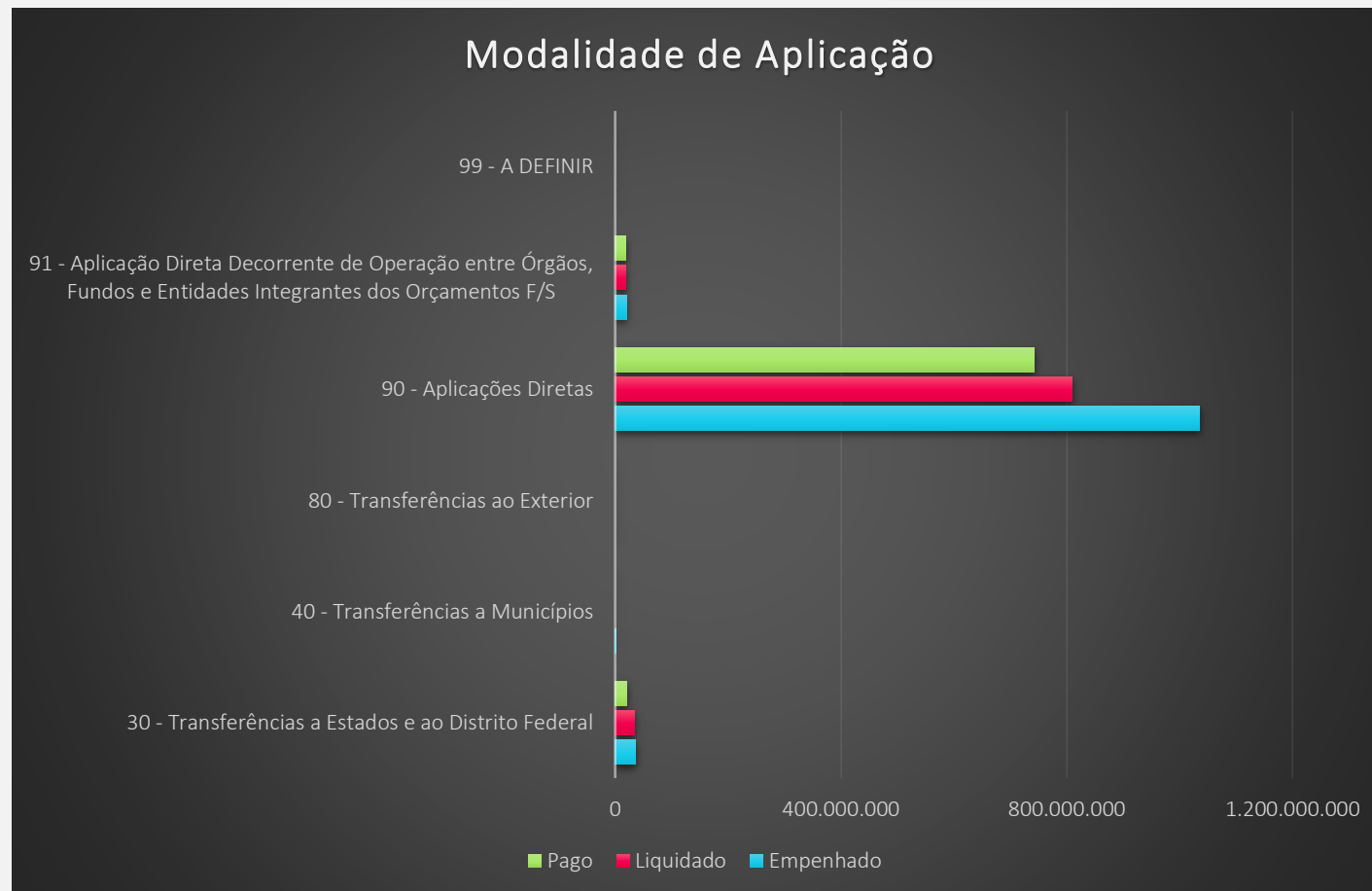
91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação dentre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social: despesas de órgãos, fundos, autarquias, fundações, empresas estatais dependentes e outras entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social decorrentes da aquisição de materiais, bens e serviços, pagamento de impostos, taxas e contribuições, além de outras operações, quando o receptor dos recursos também for órgão, fundo, autarquia, fundação, empresa estatal dependente ou outra entidade constante desses orçamentos, no âmbito da mesma esfera de Governo.

Despesa por Modalidade de Aplicação

Dados extraídos do SIOP. Acesso em 27/01/22.

Ano	Modalidade de Aplicação	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhado	Liquidado	Pago
Total		1.090.748.785,00	1.100.282.215,00	1.091.069.121,52	862.947.039,76	780.504.714,51
2021	30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	10.559.794,00	36.307.363,00	36.307.363,00	34.515.297,00	20.210.000,00
2021	40 - Transferências a Municípios	-	500.000,00	500.000,00	-	-
2021	80 - Transferências ao Exterior	10.637,00	10.341,00	-	-	-
2021	90 - Aplicações Diretas	1.056.449.586,00	1.041.807.667,00	1.034.892.019,13	809.696.701,90	741.559.673,65
2021	91 - Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos F/S	19.398.782,00	21.656.844,00	19.369.739,39	18.735.040,86	18.735.040,86
2021	99 - A DEFINIR	4.329.986,00	-	-	-	-

Despesa por Modalidade de Aplicação



Já no que se refere às modalidades de aplicação, que é um dos componentes da classificação da despesa que indica como os recursos serão aplicados, a modalidade “90 – Aplicações Diretas” é enfatizada, constituindo 95,01% das despesas.

Neste interim, é preciso salientar que a modalidade 90 consiste na aplicação direta, pela unidade orçamentária, dos créditos a ela alocados ou oriundos de descentralização de outras entidades integrantes ou não dos Orçamentos Fiscal ou da Seguridade Social, no âmbito da mesma esfera de governo.

TED – Termo de Execução Descentralizado

Conforme definição oficial, o Termo de Execução Descentralizada (TED) é definido, pelo [Decreto nº 10.426](#), de 16 de julho de 2020, como “instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática”.

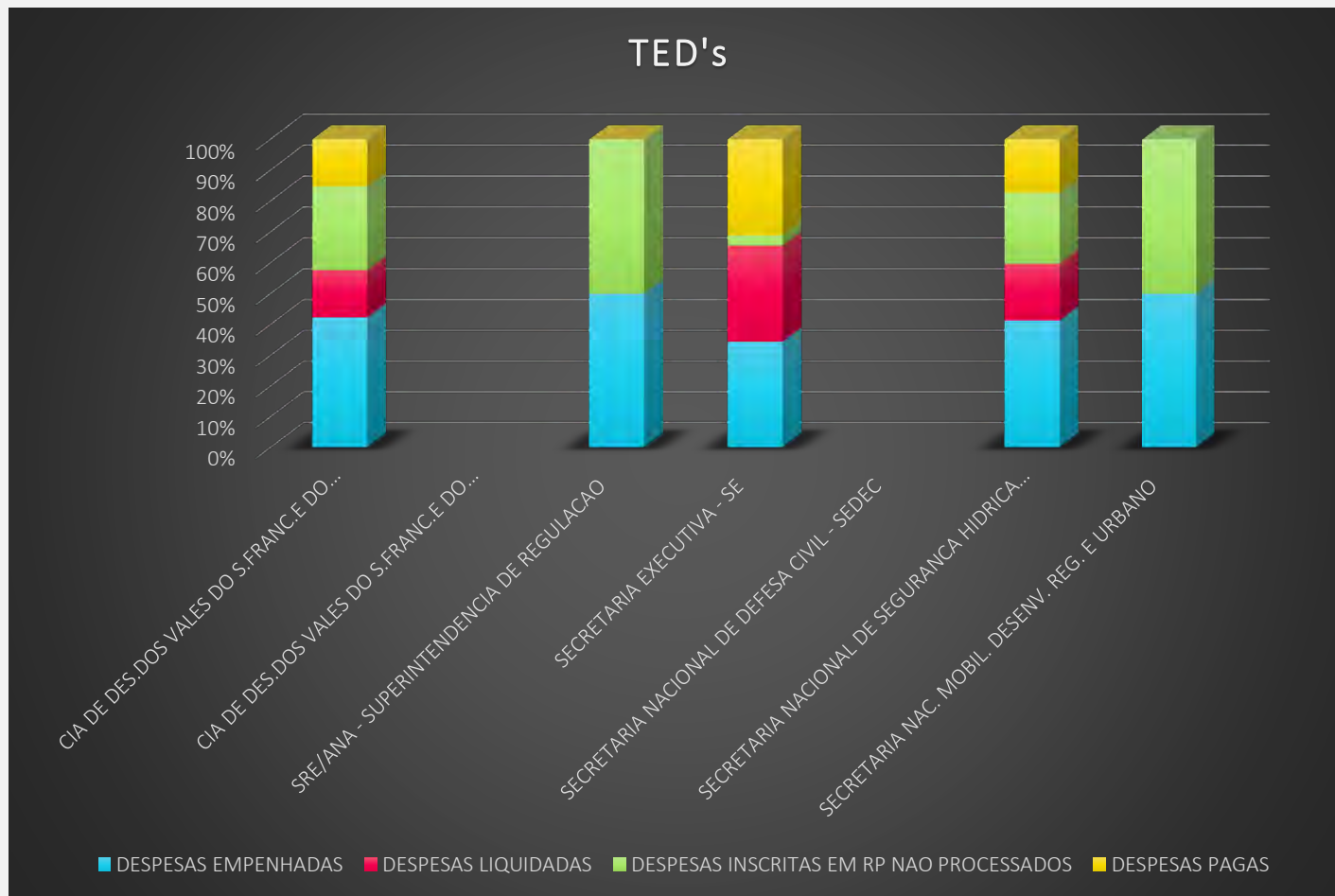


TED – Termo de Execução Descentralizado

Dados extraídos do Tesouro Gerencial. Acesso em 27/01/22.

Ano			UG Responsável	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RP NAO PROCESSADOS	DESPESAS PAGAS
Total	195006	CIA DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIBA		57.925,80	20.939,40	36.986,40	20.939,40
2021	195013	CIA DE DES.DOS VALES DO S.FRANC.E DO PARNAIBA					
2021	443008	SRE/ANA - SUPERINTENDENCIA DE REGULACAO		384.082,94	233,94	383.849,00	233,94
2021	530009	SECRETARIA EXECUTIVA - SE		517.919,39	467.583,87	50.335,52	467.583,87
2021	530012	SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL - SEDEC					
2021	530013	SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA HIDRICA SNSH		14.184.891,99	6.289.960,48	7.894.931,51	5.942.871,49
2021	530023	SECRETARIA NAC. MOBIL. DESENV. REG. E URBANO		145.558.775,15		145.558.775,15	
2021		TOTAL		160.703.595,27	6.778.717,69	153.924.877,58	6.431.628,70

TED – Termo de Execução Descentralizado



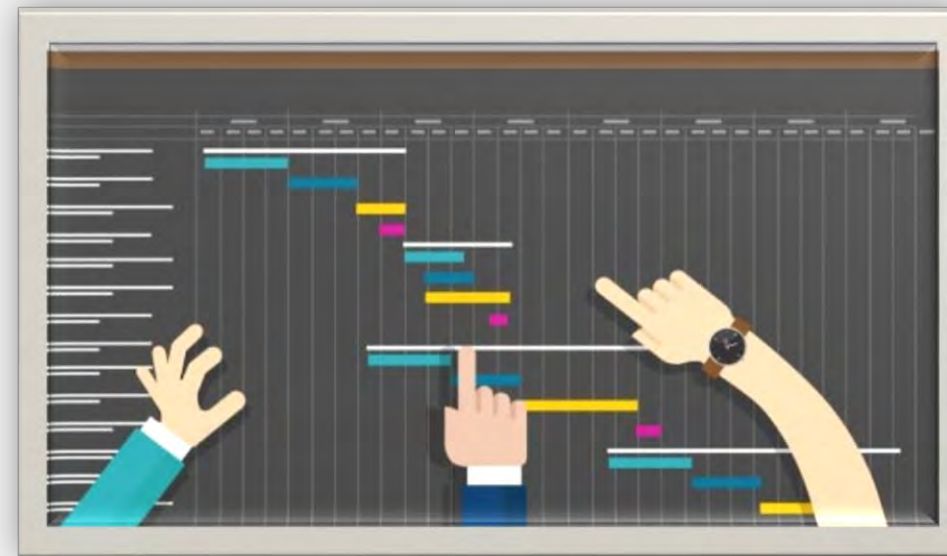
Tendo em vista os Termos de Execução Descentralizada do qual o DNOCS figura como unidade executora, destaca-se o celebrado pela SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANCA HIDRICA – SNSH, que já possui o valor de 5.942.871,49 pago, de um total de R\$ 14.184.891,99 empenhado. Na mesma toada, o TED celebrado pela Secretaria Executiva já efetuou o pagamento de R\$ 467.583,87 de um total de 517.919,39 empenhado.

Da Execução Física

Na estrutura atual, o orçamento público está organizado em programas de trabalho, que contêm informações qualitativas e quantitativas, sejam *físicas* ou *financeiras*. Na programação qualitativa são definidas os principais dados das ações e dos planos orçamentários. Nesse momento, o Órgão ou a Unidade Orçamentária especifica o produto da ação e do plano orçamentário, ou seja, o que será produzido ou prestado, e a respectiva unidade de medida.

A programação orçamentária quantitativa tem duas dimensões: a física e a financeira. A dimensão física define a quantidade de bens e serviços a serem entregues. Na programação quantitativa, por sua vez, é estabelecida a quantidade de bens e serviços a serem entregues, representada pela meta física.

A captação da execução física e financeira ocorre nas ações e nos planos orçamentários com produto definido, inclusive naqueles planos orçamentários cuja ação correspondente não tem produto definido. Essa captação é realizada no decorrer e ao final do exercício, por unidade orçamentária e em nível de subtítulo (localizador do gasto) das ações.



Na captação intermediária, etapa que propiciou a construção deste relatório, é permitida a reprogramação das metas físicas das ações e dos planos orçamentários para adequá-las aos limites dos decretos de reprogramação orçamentária e financeira e às revisões no planejamento dos órgãos setoriais. A reprogramação pode também ser utilizada para corrigir a meta física não atualizada na ocorrência de emendas parlamentares ou de alterações orçamentárias.

Da Execução Física

UNID RESPONS	AÇÃO		TIPO DE AÇÃO	DOTACAO ATUALIZADA	META PREVISTA	DESPESAS LIQUIDADAS	FÍSICO REALIZADO	% EXECUÇÃO FINANCEIRA	% EXECUÇÃO FÍSICA
CPGE - Coord. Plan. Gestão Estratégica	1M49	Modernização Dos Recursos De Tecnologia Da Informação E Comu	Projeto	2.308.044,00	1	1.197.281,00	1	51,87	100
	00.05	Sentencas Judiciais Transitadas Em Julgado (Precatorios)	Op Especial	43.430.465,00	sem produto	0	Não se aplica	0	
	181	Aposentadorias E Pensoes Civis Da Uniao	Op Especial	566.124.819,00	sem produto	279.439.842,22	Não se aplica	49,36	
	536	Beneficios E Pensoes Indenizatorias Decorrentes De Legislaça	Op Especial	18.486,00	sem produto	8.234,04	Não se aplica	44,54	
	2000	Administracao da unidade	Atividade	47.192.628,00	sem produto	39.105.119,00	Não se aplica	82,86	
DA - Diretoria Administrativa		Capacitação de servidores		98.703,00	51	49.930,00	84	50,59	164,7
	2004	Assistência médica e odontológica aos servidores civis, empr	Atividade	5.354.433,00	3.099	4.521,258,00	4.181	84,44	134,91
	09HB	Contribuicao da uniao, de suas autarquias e fundacoes para o		19.398.782,00	sem produto	8.344.284,46	Não se aplica	43,01	
	20TP	Ativos civis da uniao	Atividade	95.531.984,00	sem produto	42.284.045,66	Não se aplica	44,26	
	212B	Beneficios obrigatorios aos servidores civis, empregados, mi		7.881.023,00	sem produto	6.598.159,00	Não se aplica	83,72	
		Assistência pré-escolar	Atividade	222.512,00	55	181.075,00	60	81,38	109,09
		Auxílio-transporte de civis	Atividade	980.174,00	301	645.843,00	372	65,89	123,58
		Auxílio-alimentação de civis	Atividade	4.954.084,00	956	4.494.269,00	916	90,72	95,81
		Auxílio-funeral e natalidade de civis	Atividade	1.724.253,00	sem produto	1.276.971,00	Não se aplica	74,06	
	216H	Ajuda de custo para moradia ou auxilio-moradia a agentes pub	Atividade	143.439,00	3	137.441,00	7	95,82	233,33

UNID RESPONS	AÇÃO		TIPO DE AÇÃO	DOTACAO ATUALIZADA	META PREVISTA	DESPESAS LIQUIDADAS	FÍSICO REALIZADO	% EXECUÇÃO FINANCEIRA	% EXECUÇÃO FÍSICA
DI - Diretoria de Infraestrutura Hídrica	1851	Aquisicao de equipamentos e/ou implantacao de obras de infraestrutura hídrica (proveniente de emendas - exceto teds)	Projeto	200.000,00	5	0	0	0	0
	10DC	Construcao da barragem oitica no estado do rio grande do n	Projeto	36.307.363,00	23	34.515.297,00	2	95,06	8,69
	11AA	Construcao da barragem fronteiras no estado do ceara	Projeto	10.753.931,00	5	81.539,00	0	0,76	0
	109H	Construção de Barragens		500.000,00	1	452.727,00	1	90,55	100
	14VI	Implantacao di infraestrutura para segurança hídrica		20.000.000,00	1500	0,00	0	0	0
	15DX	Construção do Sistema Adutor Ramal de Piancó na Região Nordeste		2.016.059,00	17	0,00	0	0	0
	1N64	Implantação da Adutora Pajeú nos Estados de Pernambuco e Paraíba		10.000.000,00	3	0,00	0	0	0
	20N4	Operação e Manutenção de Infraestruturas Hídricas - Nacional		3.000.000,00	3	541.240,00	0	18,04	0
	14RP	Reabilitacao de barragens e de outras infraestruturas hidric	Projeto	32.842.000,00	9	9.768.652,00	1	29,93	11,11
	1O21	Implantacao do projeto publico de irrigacao tabuleiros litor	Projeto	14.617.000,00	38	13.145,00	0	0,09	0
DP - Dir. Desenv. Tecnológico e Produção	7K66	Apoio a projetos de desenvolvimento sustentavel local integr (proveniente de emendas - exceto teds)	Projeto	180.577.865,00	835	51.237.497,00	422	28,29	50,53
	12OB	Gestao de projetos publicos de irrigacao	Projeto	9.899.332,00	1	5.554.897,00	0	56,11	0
	140X	Regularizacao ambiental e fundiaria de projetos publicos de	Projeto	214.981,00	375	132.531,00	0	61,65	0
	212Z	Apoio ao funcionamento de unidades de producao, a pesquisa,	Atividade	5.256.890,00	13	3.379.968,00	13	64,3	100

Da Execução Física

Serão apresentadas, a seguir, as manifestações cadastradas no SIOP, pelas unidades responsáveis no DNOCS, em relação às ações orçamentárias presentes na tabela anterior. É preciso ressaltar que há ações que, devido a sua natureza, não possuem metas físicas, haja vista a impossibilidade de quantificar o resultado.

Informo que o item “Ausência ou insuficiência de pessoal alocado ou especializado influenciou o alcance da meta física no período” foi bastante assinalado, mormente às ações ligadas à Diretoria Administrativa (Divisão de Gestão de Pessoas) e à Diretoria de Produção, ressaltando que a falta de pessoal é problema recorrente e que afeta, sobremaneira, a execução das ações orçamentárias pelo DNOCS, por exemplo, Ações 2000, 212B, 12OB, 140X e 212Z.

Outrossim, é válido ressaltar que algumas ações não puderam ter seu objeto executado, seja por problemas licitatórios, orçamentários ou de demais naturezas, contudo os recursos foram destinados a outras funcionalidades, conforme detalhado a seguir. Pode-se citar, de forma exemplificativa, as Ações 1851, 109H, 14VI, 15DX, 20N4 e 1O21.

Ação 2000 (Administração da unidade, capacitação de servidores)

A ausência ou insuficiência de pessoal alocado ou especializado influenciou o alcance da meta física no período. Em uma classificação de 1 a 5, a unidade responsável atribuiu grau 5 (o mais alto), atestando a patente falta de pessoal.

Ação 2004

Advertiu a unidade responsável que a meta varia em função do número de usuários ou beneficiários, da remuneração do servidor, das aposentadorias, exonerações e outros. Ademais, lembrou que a meta é não cumulativa, portanto foi definida em função da média do período.

Ação 212B

A ausência ou insuficiência de pessoal alocado ou especializado influenciou o alcance da meta física no período. Grau 5 (o mais alto), atestando a patente falta de pessoal. Meta varia em função do número de usuários ou beneficiários, da remuneração do servidor, das aposentadorias, exonerações e outros. Ademais, a meta é não cumulativa, portanto foi definida em função da média do período.

Da Execução Física

Ação 216H

Salientou a unidade responsável que a meta varia em função do número de usuários ou beneficiários, da remuneração do servidor, das aposentadorias, exonerações e outros. O número de beneficiários de ajuda de custo e auxílio moradia é bastante variável ao longo dos exercícios, dependendo do número de ocorrências ao longo dos anos.

Ação 1851

Destacou a unidade responsável que o valor empenhado para pagamento de despesas com aquisição de materiais destinados a equipar poços, visando atender demandas da Coordenadoria Estadual no Piauí.

Ação 10DC

Considerando os fatores de gestão de processos e recursos que mais influenciaram o alcance da meta no período, destacaram-se (1) Realização de ações em parceria com atores externos. - (2) . A construção da Barragem está sendo realizada pelo Governo do Estado do Rio Grande do Norte, por meio da SEMARH/RN e os entraves são de responsabilidade do mencionado ente.

Quanto à definição e mensuração da meta física, os pontos mais comumente verificados no período: erro na projeção ou na reprogramação da meta física; meta superestimada ou subestimada, ausência de relação direta entre a execução física e a financeira, apuração da meta contabilizou os resultados obtidos por meio de ações em parceria com atores externos. O projeto executivo definiu como melhor condição para o empreendimento um reservatório com capacidade de acumulação de 556.258.050 m³, inundando uma área de 6.000 ha. A barragem principal será executada em Concreto Compactado a Rolo (CCR) com altura máxima de 41,00 m dotada de um vertedor central, e duas barragens auxiliares feitas em enrocamento e núcleo argiloso. As obras de construção da Barragem de Oiticica estão avançadas, com 92,80%, cota de alagamento atualmente é 92,70m, acumulando 16,22 milhões de metros cúbicos. Além da construção do reservatório, encontra-se em andamento a execução do reassentamento urbano (Nova Barra de Santana), que encontra-se com avanço de 92,89%. Das 4 agrovilas a serem construídas, uma já está em obras, duas em processo licitatório e uma a ser projetada.

Da Execução Física

Ação 11AA

Os fatores contratuais que mais influenciaram o alcance da meta no período:

(1) Situação da contratação: em andamento, suspensa, cancelada, em revisão, rescisão, acordo judicial, contrato emergencial. Quanto à definição e mensuração da meta física, os pontos mais comumente verificados no período: devido à demora na conclusão do processo licitatório, em virtude de judicialização da licitação, o contrato somente foi celebrado em dezembro/2021. A Barragem Fronteiras situa-se na microrregião do Sertão de Crateús, na região oeste do estado do Ceará, tendo como finalidade principal o suprimento das demandas hídricas das populações da sede municipal e da zona rural de Crateús/CE. O avanço físico total das obras encontra-se em 20,60%. As obras foram paralisadas em 2019 em virtude do abandono por parte da Contratada. Dessa forma, foi realizada nova licitação para contratação dos serviços remanescentes, sendo dada Ordem de Serviço em 22/12/2021. Durante o exercício de 2021 foram realizadas a elaboração de projetos de obras complementares necessárias para a construção do reservatório, quais sejam: variante ferroviária do Tronco Norte da Ferrovia Transnordestina, adequação das Rodovias BR-226 e BR-404 e para construção de uma Ponte na BR-404, bem como foi dada continuidade às ações relativas à revisão cadastral das áreas necessárias para a construção do reservatório.

Ação 109H

Quanto à definição e mensuração da meta física, foi destacado pela unidade responsável que a apuração da meta contabilizou os resultados obtidos por meio de ações em parceria com atores externos. Os créditos desta Ação Orçamentária foram utilizados no âmbito do TED nº 01/2021, celebrado com a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que tem como objeto “Realizar pesquisas e estudos necessários para implantação da Barragem Alívio, no município de Lajes-RN, visando a melhoria da segurança hídrica da população local e consequente desenvolvimento social e econômico”. Até o encerramento do ano de 2021 foram apresentados os produtos relativos ao Plano de Trabalho do projeto e aos Estudos Básicos.

Da Execução Física

Ação 14VI

Os fatores contratuais mais influenciaram o alcance da meta no período foram as situações da contratação: em andamento, suspensa, cancelada, em revisão, rescisão, acordo judicial, contrato emergencial. Os recursos desta Ação Orçamentária foram empenhados visando a realização de diversas atividades. São elas: Construção de 09 Passagens Molhadas; Instalação de 16 Poços com Sistema de Bombeamento e Implantação de Sistema de Abastecimento de Água (SAA) com Chafariz de 5.000l com Sistema Autônomo De Geração Fotovoltaica Grid 2 (Regiões de Rocha Sedimentar); Instalação de 89 Poços com Sistema de Bombeamento e Implantação de Sistema de Abastecimento de Água (SAA) Com Chafariz De 5.000l e Energização na Rede Concessionária (Regiões de Rocha Cristalina e Sedimentar); Instalação de 250 Poços com Sistema De Bombeamento e Implantação de Sistema de Abastecimento de Água (SAA) com Chafariz de 5.000l com Sistema Autônomo de Geração Fotovoltaica Grid 1 (Regiões de Rocha Cristalina); Realização de 355 Estudos Geofísicos e Hidrogeológicos para a Designação de Locais para Perfuração de Poços Profundos; Perfuração de 335 Poços em região de Rocha Cristalina e Perfuração de 19 Poços em Região de Rocha Sedimentar.

Ação 15DX

Em relação ao planejamento para o período, foi apontado que o fator que mais impactou o alcance da meta física foi a análise e elaboração de projetos. Quanto à definição e mensuração da meta física, destaca-se o início da licitação para contratação das obras, mas após análise dos órgãos de controle, a licitação foi anulada e foi verificada a necessidade de contratação da complementação do projeto. Ademais, os recursos empenhados dessa Ação Orçamentária foram destinados ao contrato de fornecimento de materiais para a construção do Sistema Adutor Ramal do Piancó.

Ação 1N64

Quanto à definição e mensuração da meta física, a apuração da meta contabilizou a execução com recursos de RAP.. O realizado físico do RAP foi calculado considerando-se a proporcionalidade em relação à execução financeira. O empreendimento Sistema Adutor do Pajeú percorrerá um trecho de 595km, e beneficiará 32 localidades, sendo 20 sedes municipais no Estado de Pernambuco, 3 distritos e 1 povoado, além de 8 municípios no Estado da Paraíba. A sua construção foi dividida em duas etapas, tendo sido implantados 196km na sua primeira Etapa. Atualmente encontra-se em execução a 2ª Etapa do Sistema Adutor do Pajeú. No ano de 2021, foi dada continuidade às execução das obras da Adutora com a conclusão da Captação Flutuante na Barragem Campos do Ramal Sertânia e o início da execução do Ramal Triunfo-Santa Cruz da Baixa Verde. Esse Ramal tem uma extensão de 24,6 Km, já tendo sido assentada a tubulação relativa a 9,5 Km. A execução do contrato das obras da 2ª Etapa do sistema Adutor do Pajeú encontra-se com 67,06% de execução.

Da Execução Física

Ação 20N4

Quanto à definição e mensuração da meta física, salienta a unidade responsável a ausência de relação direta entre a execução física e a financeira. A apuração da meta contabilizou a execução com recursos de RAP. Além disso, os recursos utilizados foram destinados ao pagamento de diárias de servidores para a realização do acompanhamento de atividades de perfuração e instalação de poços e inspeções em infraestruturas hídricas. Outrossim, foram empenhados recursos para a execução de obras de recuperação da Barragem Riacho do Paulo, no Estado da Bahia e aquisição de materiais destinados à perfuração e instalação de poços.

Ação 7K66

Quanto à definição e mensuração da meta física, os pontos comumente verificados no período foram: ausência de relação direta entre a execução física e a financeira e apuração da meta contabilizou os resultados obtidos por meio de ações em parceria com atores externos. Valor empenhado para a execução de contrato cujo objeto é instalação de sistemas de abastecimento de água com bomba submersa e chafariz, e realização de atividades relacionadas com a manutenção de poços, a ser executado pela Coordenadoria Estadual do Ceará, bem como a celebração de Convênio com o Município de Brejo Santo/CE.

Ação 1021

Segundo análise da unidade responsável, o fator orçamentário mais influenciou o alcance da meta no período foi a dotação projetada no PLOA ou aprovada na LOA. Quanto à definição e mensuração da meta física, os pontos comumente verificados no período foram: erro na projeção ou na reprogramação da meta física; Meta superestimada ou subestimada; Apuração da meta contabilizou a execução com recursos de RAP; O realizado físico do RAP foi calculado considerando-se a proporcionalidade em relação à execução financeira. Os recursos desta Ação destinam-se à implantação da 2ª Etapa do Projeto Tabuleiros Litorâneos de Parnaíba, que objetiva o aproveitamento hidroagrícola, através de irrigação, dos tabuleiros litorâneos de baixa altitude, entre os municípios de Parnaíba e Bom Princípio, no Estado do Piauí. A fonte hídrica do projeto é o Rio Parnaíba cujas águas serão captadas na sua margem direita em local distando aproximadamente 12 km à jusante da ponte Jandira. A 2ª Etapa implementará 8.640ha a área irrigada do Projeto de Irrigação. Atualmente, a implantação da 2ª Etapa encontra-se com avanço físico total de 85% tendo sido executados serviços de aquisição e instalação de equipamentos hidromecânicos e obras civis nos Canais de Distribuição, Estações de Bombeamento, execução da rede pressurizada, execução das cercas da poligonal do projeto e adoção das providências relativas a implantação de redes elétricas para funcionamento dos equipamentos.

Da Execução Física

Ação 14RP

Quanto à definição e mensuração da meta física, foram mais comumente verificados no período: ausência de relação direta entre a execução física e a financeira e a apuração da meta contabilizou a execução com recursos de RAP. Os recursos desta Ação Orçamentária destinam-se às atividades de recuperação das infraestruturas hídrica de barragens de propriedade do DNOCS. No período de análise, foram executadas intervenções em reservatórios, cujos recursos foram oriundos desta ação orçamentária da seguinte forma: Iniciadas em exercícios anteriores: Barra do Mendes/BA, Tabua II/BA, Monteiro/BA, Cariacá/BA, Quincé/BA, Rio do Peixe/BA, Serrote/BA, Sohen/BA, Araci/BA, Brumado (Engº Luís Vieira)/BA, Jacurici (Engº Rômulo Campos)/BA, Cocorobó/BA, Anagé/BA, Miguel Calmom/BA, Laginha/BA, São Domingos/BA, Riacho do Onça/BA, Tapera/BA, Juraci Magalhães/BA, Adustina/BA, Rancharia/BA, Riacho do Sítio/BA, Genipapo/BA, Valente/BA, Andorinha II/BA, Champrão/BA, Jacaré/BA, Morrinhos/BA, Tancão Do Caititu/BA, Tremedal/BA, Truvisco/BA, Jatobá I/PB, Jatobá II/PB, Riacho de Santo Antônio/PB, Serra Branca/PB, Soledade/PB, Sumé/PB, Jucazinho/PE e Passagem das Traíras/RN. Dentre essas, 37 tiveram suas obras concluídas: Brumado/BA, Anagé/BA, Tábua II/BA, Cariacá/BA, Champrão/BA, Jacaré/BA, Morrinhos/BA, Tancão do Caititu/BA, Tremedal/BA, Truvisco/BA, Jacurici (Engº Rômulo Campos)/BA, Quicé/BA, Sohen/BA, Araci/BA, Serrote/BA, Adustina/BA, Andorinha II/BA, Cocorobó/BA, Tapera/BA, Riacho da Onça/BA, Monteiro/BA, Genipapo/BA, Riacho do Sítio/BA, Rancharia/BA, Rio do Peixe/BA, São Domingos/BA, Valente/BA, Miguel Calmon/BA, Laginha/BA, Barra do Mendes/BA, Juraci Magalhães/BA, Jatobá I/PB, Jatobá II/PB, Riacho de Santo Antônio/PB,

Ação 12OB

Em relação ao planejamento para o período, os fatores que mais impactaram no alcance da meta, conforme relatado pela unidade responsável, física foram os planos estratégicos, planejamento setorial ou definição de prioridades. O fator orçamentário mais influenciou o alcance da meta no período foi o empenho com liquidação por meio de inscrição em restos a pagar. Ademais, os fatores de gestão de processos e recursos que mais influenciaram o alcance da meta no período foram as ocorrências imprevistas com potencial de afetar a gestão do órgão. A ausência ou insuficiência de pessoal alocado ou especializado influenciou, tendo sido atribuído o grau máximo (grau 5). Quanto à definição e mensuração da meta física, os pontos comumente verificados são: ausência de relação direta entre a execução física e a financeira e apuração da meta contabilizou a execução com recursos de RAP. Os valores empenhados referem-se aos custos com regularização fundiária da 2ª etapa do Projeto Público de Irrigação (PI) Tabuleiro de Russas; ao fornecimento de energia do PI São Bernardo; À contratação de serviços de apoio administrativo; às contrapartidas financeiras do governo previstas nos planos operativos do DISTAR, do DIPAN, da FAPIJA, do DIBAU e do DITALPI; A devolução de um valor pago em excesso por irrigante na aquisição de um lote; Ao pagamento de indenizações com despesas de vigilância no PI Tabuleiros de Russas; E também montagem de equipamentos no PI Baixo Acaraú. Destes valores empenhados foram liquidados e pagos o fornecimento de energia; o reembolso do irrigante; parte da contratação de serviços terceirizados; parte das indenizações e parte da montagem de equipamento. Os pagamentos de RAP referem-se a participação financeira do governo em planos operativos.

Da Execução Física

Ação 140X

O fator orçamentário que mais influenciou o alcance da meta no período foi o empenho com liquidação por meio de inscrição em restos a pagar. Por sua vez, os fatores de gestão de processos e recursos que mais influenciaram o alcance da meta no período devem-se às ocorrências imprevistas com potencial de afetar a gestão do órgão. A ausência ou insuficiência de pessoal alocado ou especializado também influenciou o alcance da meta física no período, tendo sido atribuído o grau máximo, ou seja, grau 5. Quanto à definição e mensuração da meta física, os pontos mais comumente verificados no período são: ausência de relação direta entre a execução física e a financeira e a apuração da meta contabilizou a execução com recursos de RAP. Os valores empenhados referem-se aos custos com honorários periciais; com a renovação da Licença de Instalação e Operação do Projeto Público de Irrigação (PI) Jaguaribe Apodi; com os Relatórios de Acompanhamento e Monitoramento Ambiental do PI Baixo Acaraú, Araras Norte e Várzea do Boi; com Registro de Usuário de Agrotóxico no PI Jaguaribe Apodi; além do pagamento de diárias em servidores em viagens relacionadas as tarefas previstas para a ação. Os valores empenhados foram totalmente executados. Os pagamentos de RAP referem-se a diárias.

Ação 212Z

Em relação ao planejamento para o período, os fatores que mais impactaram o alcance da meta física, segundo a unidade responsável, foram os Planos estratégicos, planejamento setorial ou definição de prioridades. O fator orçamentário, por sua vez, que mais influenciou o alcance da meta no período foi a dotação projetada no PLOA ou aprovada na LOA. A ausência ou insuficiência de pessoal alocado ou especializado influenciou o alcance da meta física no período em grau 5 (o mais elevado). Quanto à definição e mensuração da meta física, os pontos mais comumente verificados no período foram: meta varia em função do número de usuários ou beneficiários, da remuneração do servidor, das aposentadorias, exonerações e outros; Apuração da meta contabilizou os resultados obtidos por meio de ações em parceria com atores externos; Apuração da meta contabilizou os resultados realizados às expensas do servidor ou atividades executadas por servidores do quadro, sem custo adicional. Informou ainda a unidade responsável que os recursos recebidos são destinados ao funcionamento de 12 Estações de Piscicultura e 1 Centro de Pesquisas em Aquicultura, conforme a demanda para a aquisição de material de consumo (ração, combustível, apetrechos de pesca, material de laboratório, material de higiene e limpeza, materiais diversos etc.); locação de mão de obra (limpeza, conservação e vigilância das Unidades de Produção); serviço de terceiros (água, luz, telefone, manutenção de veículos e imóveis das Unidades) e locomoção (passagens e diárias). Até o momento foram produzidos e distribuídos 10.112.062 (dez milhões, cento e doze mil, e sessenta e dois) alevinos, na capacitação temos 77 pessoas capacitadas no que se refere a estágios e aulas ministradas. Esclareceu, dessa forma, que ocorreram no primeiro semestre reduções na produção e distribuição, porém estão retornando às atividades gradativamente, dentro das normalidades permitidas, devido à pandemia e isolamento social em consequência da COVID-19. Com a volta a normalidade, o DNOCS poderá beneficiar diretamente mais de 15.000 pescadores, nos diversos estados do Nordeste, 500 produtores/aquicultores e povoar açudes, lagoas, lagos, viveiros e etc em todo o semiárido nordestino.



DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS

Coordenação de Planejamento e Gestão Estratégica

Divisão de Planejamento e Orçamento

Serviço de Planejamento Orçamentário